



NARAH RODRIGUES NEVES

**OS DETERMINANTES E O TAMANHO DO SPREAD
BANCÁRIO NO BRASIL: UMA ANÁLISE SETORIAL DOS
MAIORES BANCOS EM ATUAÇÃO NO BRASIL**

LAVRAS - MG

2018

NARAH RODRIGUES NEVES

**OS DETERMINANTES E O TAMANHO DO SPREAD BANCÁRIO NO BRASIL:
UMA ANÁLISE SETORIAL DOS MAIORES BANCOS EM ATUAÇÃO NO BRASIL**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Administração Pública, para a obtenção do título de bacharelado.

Orientador

Prof. Dr. Renato Silvério Campos

LAVRAS – MG

2018

NARAH RODRIGUES NEVES

**OS DETERMINANTES E O TAMANHO DO SPREAD BANCÁRIO NO BRASIL:
UMA ANÁLISE SETORIAL DOS MAIORES BANCOS EM ATUAÇÃO NO BRASIL**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Administração Pública, para a obtenção do título de bacharelado.

Aprovado em 25 de janeiro de 2018

Dr Renato Silvério Campos, UFLA
Dr Carlos Eduardo Stefaniak Aveline, UFLA
Dr Janderson Martins Vaz, UFLA

Orientador
Prof. Dr. Renato Silvério Campos

**LAVRAS – MG
2018**

RESUMO

Os bancos são tomadores e fornecedores de empréstimos e nestas operações pagam e cobram taxas diferenciadas. A questão principal desta relação, se encontra nessa diferença entre o que os bancos pagam pelos recursos arrecadados e quanto eles cobram pelas operações de crédito realizada. Essa diferença, e propósito fundamental desta pesquisa, é conhecido como "spread bancário". Sendo assim, essa monografia tem como objetivo conhecer os determinantes e o tamanho do spread bancário no Brasil levando em consideração a taxa de juros de captação de recursos pelo sistema financeiro e o custo médio do crédito concedido. Especificamente, os objetivos do trabalho foram: i) apresentar os principais créditos concedidos no Brasil; ii) apresentar as taxas de juros médias de empréstimo no Brasil; iii) calcular o tamanho do spread médio das diferentes formas de empréstimos no Brasil, considerando como referência a taxa de juros Selic. A pesquisa possibilitou conhecer o Sistema Financeiro do Brasil, além de investigar o conceito, os determinantes que influenciam no spread brasileiro e analisar a evolução deste através dos Relatórios de Economia Bancária e Crédito (REBC) divulgados pelo Banco Central. Para tanto a pesquisa se desenvolveu de forma quantitativa, utilizando de base de dados secundários que permitiu conhecer as taxas médias de Juros para crédito e a Selic, de 2012 a 2017. Sendo constatado que o tamanho do spread bancário brasileiro é decorrente da instabilidade econômica do país, acarretando maiores índices de inadimplência e de taxas de juros.

Palavras-chave: Spread; Crédito; Juros.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 REFERENCIAL TEÓRICO	8
2.1 Spread bancário: conceito, determinantes e fatores de risco no Brasil	8
2.2 Evolução da decomposição do spread bancário no Brasil	12
2.3 Sistema financeiro brasileiro	15
3 METODOLOGIA	19
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	22
4.1 Crédito no brasil: análise descritiva	22
4.2 Os fundamentos de determinação	30
4.3 O tamanho do spread bancário brasileiro.....	34
5. CONCLUSÃO	37
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39

1 INTRODUÇÃO

A história das origens dos Bancos Brasileiros é no mínimo remota, o que se conhece a respeito do assunto, é que os primeiros bancos brasileiros surgiram com a vinda da Coroa Portuguesa ao país no ano de 1808. Sendo o primeiro banco criado, para comercialização de produtos que era a base da produção brasileira na época, como o pau-brasil e diamantes. O rei regente D. Pedro VI intitulava pessoas de sua confiança para gerir as atividades desenvolvidas pelo banco (DA COSTA NETO, 2004).

Ao longo dos anos, muitas mudanças ocorreram. Atualmente os bancos brasileiros são responsáveis por inúmeras atividades financeiras, além de comercialização de produtos. Com o passar do tempo, uma variedade de modelos de instituições bancárias foram surgindo, com o propósito de inovar e melhorar o desdobramento das atividades financeiras. Sendo os mais corriqueiros definidos de acordo com o Banco Central do Brasil, na seguinte forma: Banco Comercial; Bancos Cooperativo; Banco de Desenvolvimento; Banco de Investimentos e o Banco Múltiplo.

Os propósitos dos bancos só podem ser alcançados mediante aos recebimentos de recursos. Ou seja, o dinheiro que serve como financiamento para diversas atividades econômicas no país ou como empréstimos a pessoa física, é o “mesmo dinheiro” que a instituição arrecada, seja por depósitos em poupanças, e/ou por aplicações de variada natureza, entres outros modelos. Sendo assim, o funcionamento das atividades bancarias é dependente das arrecadações desses recursos.

Com isso, é possível perceber a relação existente entre os bancos e a sociedade. Os bancos são tomadores e fornecedores de empréstimos e nestas operações pagam e cobram taxas diferenciadas. A questão principal desta relação, se encontra nessa diferença entre o que os bancos pagam pelos recursos arrecadados e quanto eles cobram pelas operações de crédito realizada. Essa diferença, e propósito fundamental desta pesquisa, é conhecido como "spread bancário", definido pelo glossário do Banco Central do Brasil (2017) como a diferença entre taxas de juros de aplicação e de captação, compreendendo o lucro e o risco relativos às operações de crédito, como as despesas administrativos e a taxa de inadimplência.

Houve um tempo, onde o país sofria com altos índices inflacionários. A adoção do Plano Real possibilitou que o país alcançasse avanços significativos nas quedas de taxas de juros e na estabilização inflacionária. Portanto, era de se esperar que o spread bancário brasileiro conquistasse patamares parecidos com os países internacionais. Entretanto não foi o

que verdadeiramente ocorreu, de acordo com Souza (2006) o Brasil atualmente possui um dos maiores spreads do mundo, que contribuem com a junção desvantajosa das altas taxas de crédito e a baixa relação entre crédito/PIB do país, proporcionando uma limitação na tomada de crédito por partes dos atores econômicos, inviabilizando de certa forma o desenvolvimento econômico brasileiro.

Diante disso, este trabalho foi desenvolvido com o objetivo de conhecer os determinantes e o tamanho do spread bancário no Brasil levando em consideração a taxa de juros de captação de recursos pelo sistema financeiro e o custo médio do crédito concedido. A pesquisa tem a expectativa de alcançar o conhecimento sobre as taxas de juros médias de captação de recursos e concessão de crédito, possibilitando apurar as particularidades entre o custo de captação de recursos e o custo de concessão de crédito pela sociedade, e considerando ainda os diferentes tipos de créditos disponíveis no mercado.

Especificamente, os objetivos do trabalho foram: i) apresentar os principais créditos concedidos no Brasil; ii) apresentar as taxas de juros médias de empréstimo no Brasil; iii) calcular o tamanho do spread médio das diferentes formas de empréstimos no Brasil, considerando como referência a taxa de juros Selic.

Esta pesquisa é de extrema relevância, para entender os motivos que justificam essa grande diferença, sendo legítimo analisar a provável necessidade de mudanças nessas operações, para que estas sejam mais vantajosas tanto para sociedade brasileira, quanto para o mercado financeiro. Com a compreensão dos motivos que levam a esses altos índices, é possível propor caminhos para que o governo juntamente com o mercado possam tornar o cenário mais favorável ao investimento, ocasionando o desenvolvimento brasileiro.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta sessão é uma revisão literária para analisar as diversas vertentes já estudadas sobre o spread bancário. Sendo a primeira parte dedicada a conhecer os pensamentos e teorias para a formação do conceito de spread e seus determinantes. Já a segunda parte é designada a uma análise minuciosa dos relatórios divulgados anualmente pelo Banco Central do Brasil, o estudo se concentrará no período antes, durante e pós a crise internacional financeira, possibilitando perceber possíveis influências e mudanças. A última parte é empenhada em apresentar a estrutura do sistema bancário brasileiro, destacando a participação dos bancos públicos; os tipos de créditos concedidos no Brasil e a concentração dos créditos nos bancos brasileiros.

2.1 Spread bancário: conceito, determinantes e fatores de risco no Brasil

O Banco Central do Brasil (2017) define spread bancário como a diferença, em pontos percentuais (p.p.), entre a taxa de juros pactuada nos empréstimos/financiamentos e a taxa de captação (BCB, 2017). As taxas relacionadas a crédito podem ser livremente pactuadas entre as instituições financeiras e os tomadores, no caso de operações de crédito com recursos livres ou sujeitas a limite que é o caso das operações com recursos direcionados, que compreendem os créditos rurais, imobiliários e com recursos do Banco Nacional do desenvolvimento (BNDES).

Sendo a taxa de captação, a remuneração paga pelas instituições financeiras em aplicações financeiras como a caderneta de poupança, certificado de Depósito Bancário (CDB), entre outros modelos que visam captar recursos para conceder empréstimos. Esta taxa de captação sofre influências de alguns aspectos como, a forma que a captação é realizada, caso o depósito seja à vista, a captação não possui custo. Ou seja, a instituição não paga remuneração ao depositante. Já as operações de depósito, como poupança e CDB, geram custos a instituição, que pagará uma taxa de juros ao depositante. A determinação dessa taxa também depende do aporte da instituição financeira, em que a instituição de maior aporte capta as taxas menores e vice-versa; da conjuntura macroeconômica, e da linha de crédito a ser emprestada (BCB, 2016).

A determinação do spread bancário pode ser apresentada por dois conceitos, o *ex-ante*, com as taxas estabelecidas pelos bancos, sendo mensurado das decisões dos bancos sobre as taxas de captação e as de empréstimo, sendo realizada antes do resultado. O outro conceito é o

ex-post, que é estabelecido de acordo com os resultados financeiros realizados pelo banco (SOUZA, 2006; CORREIA, 2015).

Já segundo Souza (2006), o spread *ex-ante* reflete as diversas expectativas dos bancos em relação à demanda, inadimplência, concorrência, entre outras, sendo normalmente calculado com as informações coletadas do banco central, possibilitando, no caso brasileiro, conhecer a diferença existente entre a taxa juros médios de empréstimo e a taxa de juros de captação consolidada do banco. Entretanto, o spread *ex-ante* não inclui os custos indiretos do crédito, como a tarifas e comissões cobradas. Ao analisar o spread *ex-post*, o autor disserta que assim como o spread *ex-ante*, este é interpretado como indicador da eficiência do setor financeiro. Mas assim como o anterior, ele não consegue mensurar perfeitamente tal eficiência. Sendo normalmente calculado de acordo com dados contábeis da instituição financeira, ele se torna mais consistente.

Oreiro et al. (2006) buscam compreender o impacto da instabilidade macroeconômica na definição do spread bancário, já que as absurdas taxas de juros de crédito podem ser o caminho para a explicação do baixo nível de desenvolvimento da econômica brasileira. O spread pode ser utilizado como indicador da eficiência da intermediação financeira, pois quando apresenta um nível elevado representa um alto custo da intermediação bancária para os tomadores de empréstimos, fato que estaria relacionado com ineficiências do setor (WORLD BANK, 2005; SOUZA, 2006).

Ainda em seus estudos Oreiro et al. (2006) dissertam a respeito do poder do monopólio dos bancos considerando que o spread bancário apenas representa a capacidade que os bancos possuem de arrecadar mais do que as despesas de produção dos serviços oferecidos por eles. Tendo os bancos, uma liberdade em fixar níveis de taxa de juros tanto na captação de depósito quanto nas operações de crédito. De acordo com Souza (2006) não se pode confundir spread com lucro, já que o lucro é o que sobra do spread após os custos da operação bancária como as despesas administrativas, tributárias e de inadimplência

O Brasil apresenta um dos maiores spreads bancário mundial, baseando-se nos dados do Fundo Monetário Internacional (FMI). Quando o cenário brasileiro apresentava uma instabilidade fortíssima nos preços, o spread se apresentava como o segundo maior. Com o decorrer do tempo, com as políticas monetárias, com a solidificação do Plano Real principalmente na busca da estabilidade dos preços, o esperado era uma diminuição significativa do spread e com isso, um aumento na concessão de crédito. Todavia isso não aconteceu, a crise internacional, colaborou com a continuação do cenário instável devido à

alta dependência externa, permanecendo então, os níveis elevados do spread bancário brasileiro (OREIRO et al., 2006).

Alguns autores tentam explicar esses níveis constantemente elevados, pela alta concentração bancária, nesse contexto pouco competitivo, falta incentivo, sendo necessário manter o spread alto como forma de fomentar os altos custos e despesas bancárias. De acordo com Oreiro et al. (2006) nada se pode concluir. Outros aspectos relevantes segundo os autores na determinação do spread seria:

(i) o nível da taxa de juros, que serve tanto como piso para as taxas de empréstimos como “custo de oportunidade” para as operações de empréstimos, em função da indexação à Selic de parte da dívida pública; (ii) em menor grau, a taxa de inflação, uma vez que elevações da taxa de inflação estão associadas com um aumento do mark-up do setor bancário. (OREIRO et al., 2006, pág. 218).

Souza (2006) elabora uma linha que define os componentes do spread bancário, considerando como componentes normalmente utilizados na definição do spread, as despesas operacionais, as despesas de provisão para inadimplência, os impostos, o lucro e, com sinal contrário, as receitas líquidas de serviços. Outros aspectos como alta remuneração dos títulos públicos, os altos níveis de inadimplência e as incertezas relacionadas à instabilidade econômica podem ser também as causas possíveis ao alto spread bancário brasileiro (CORREIA, 2015).

Na literatura outros autores, avaliaram os determinantes do spread ex-ante, em que não são consideradas as tarifas nem as comissões cobradas pelos bancos. Esta análise foi realizada em um momento que spread teve sua redução caminhando a passos lentos. Os autores consideram as seguintes variáveis: Inflação; Taxa Selic; Produto Industrial; Custos Administrativos; Compulsório; *Spread over treasury* (média diária capitalizada mensalmente do spread do rendimento do *C-Bond* sobre o rendimento do título do tesouro americano com mesma maturidade); e por fim, os impostos. Os autores estimam que o spread tem uma relação positiva aos elementos: inflação; taxa selic; compulsório; *spread over treasury* e os custos tributários. E negativa aos elementos: custo administrativo e produto industrial (KOYAMA; NAKANE 2002a; SOUZA, 2006).

Após a estabilização de preços no Brasil, Souza (2006) observou que as variações do spread bancário ex-ante possuem uma relação positiva com a taxa Selic, o risco macroeconômico, os impostos indiretos, o custo administrativo e com as receitas de serviços. Já no período de 2001 a 2005, o autor discorre que o spread bancário ex-ante e ex-post sofrem

grandes impactos com as despesas operacionais, as provisões de inadimplência e a margem líquida do banco, além de salientar que o custo administrativo e do risco de inadimplência são essenciais como componentes explicativos do spread bancário.

Fiche (2015), apresenta de forma sintetizada as principais variáveis que são determinantes do spread expostas por alguns autores. Assim, será apresentada algumas ideias baseadas no quadro síntese produzido pelo autor. Segundo as análises o spread ex-ante entre o período de 1986 a 1992, a inflação e os choques econômicos são consideradas como variáveis positivas e o nível de atividade como variável negativa na determinação do spread. Já outra análise utilizou dados referentes a 1997 até 2000, apresentando o spread ex-ante com base em dois estágios, sendo o primeiro influenciado positivamente pelo custo operacional, pela captação sem custo de juros e pela receita de serviços. Já no segundo estágio, o IGP e a Selic influenciariam positivamente e o crescimento do produto industrial e a volatilidade da Selic de forma negativa. Numa segunda produção, utilizado o mesmo período conclui que o primeiro estágio, além das variáveis apresentadas anteriormente, os bancos estrangeiros tiveram uma influência negativa na determinação do spread, e no segundo estágio incorpora o spread over treasury e os impostos indiretos como influências positivas. Alguns autores contribuem com a discussão, ao indicar que o IPCA, Selic, Despesas Administrativas, o Risco de Juros, o Risco de Crédito, Liquidez, Receita de serviço, compulsórios e o Ativo total ganham sinal positivo e a parcela do mercado sinal negativo.

Ficher (2015), apresentando algumas perorações de autores que analisaram o spread ex-post, exhibe as ideias que emprega dados dos anos 2000 a 2008, constatando as seguintes influências: inflação recebe o sinal negativo; e os juros, o desemprego, defasagem do cambio, deposito à vista e o grau de liquidez recebem sinais positivos. Outra análise do spread ex-post conclui que o risco de crédito, índice de hirschman-herfindahl e o PIB acrescentam (+) no spread, enquanto a participação da marcada influência de maneira negativa na determinação do spread.

É importante destacar o risco na decomposição econométrica do spread. A decomposição econométrica leva em consideração cinco variáveis explicativas, que são a Selic, o custo administrativo, o risco, o compulsório e os impostos. Tal importância do risco, está associado ao fato deste ser uma medida de incerteza global, e não somente de crédito e, além disso, por ter um caráter antecipador (KOYAMA e NAKANE 2002b; SOUZA 2006).

De acordo com o Banco Central do Brasil (2017), a insegurança em relação a possibilidade de não recebimento dos valores acordados numa operação de crédito, causa uma retração na oferta de empréstimos, causando um aumento no spread por duas razões. Além de

causar uma pressão nos custos administrativos das instituições financeiras, reduz significativamente a certeza de recebimento da instituição financeira, mesmo quando há contratação de garantias, pressionando a taxa adicional para coberturas de não pagamento que esta encravada no spread. Algumas medidas foram implementadas visando a diminuição da inadimplência, como a aprovação do crédito consignado em folha de pagamento; Aprovação da Lei de Falências e de alterações no Código Tributário Nacional; Estímulo ao microcrédito e às cooperativas de crédito; entre outras.

2.2 Evolução da decomposição do spread bancário no Brasil

Esta sessão tem o propósito de analisar os Relatórios de Economia Bancária e Crédito (REBC) dos anos de 2007 a 2014, publicado anualmente pelo Banco Central do Brasil. Com isso, todas as informações a seguir pertencem e são divulgadas pelo Banco Central do Brasil. O período compreende o antes, durante e pós a crise internacional financeira.

Em 2007, de acordo com o REBC daquele ano, as operações de crédito continuaram numa evolução positiva, constituindo em um dos pilares de sustentação da demanda interna, em um cenário macroeconômico estável. O crédito obteve uma expansão importante, juntamente com o alongamento dos prazos de financiamento, além de um declínio significativo nas taxas de inadimplência. Com isso, o spread bancário obteve uma contração de 4,9 p.p em relação a 2006, apresentando os níveis mais baixos da história, obtendo 28,4 p.p (BCB, 2007).

O REBC de 2008 demonstra os efeitos causados pela crise internacional, principalmente a quebra de Lehman Brothers, sobre os mercados financeiros doméstico. Apesar da crise, o cenário de estabilidade monetária, solidez do sistema bancário e de aprofundamento do mercado de crédito contribuiu para que o país se mantivesse firme diante a crise. Tais intervenções, principalmente a do Banco Central em regularizar a liquidez para compensar a escassez de linha de crédito internacional, contribuiu para contornar as restrições, e atingir um crescimento de 31,1% em operações de crédito comparada ao ano anterior, chegando a alcançar 41,3% do Produto Interno Bruto (PIB). Mas as incertezas e a aversão ao risco, contribuíram para elevação tanto do spread bancário, assim como da taxa Selic. O spread neste ano alcançou 30,7p. p, ou seja, um aumento de 8,4 p.p em relação ao ano de 2007 (BCB, 2008).

A partir de setembro de 2008 os efeitos da crise internacional abalaram o cenário econômico brasileiro. Em 2009, de acordo com o REBC de 2009, mostra uma elevação do

processo de crescimento do mercado de crédito, ampliando cerca de 15,2% do saldo de operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional. As taxas de juros neste ano traduziram a flexibilização da política monetária, além de traduzir a retomada da confiança dos agentes econômicos após a crise. A redução da meta para taxa Selic proporcionou o declínio gradual do custo de captação das instituições financeiras, contribuindo com a redução do spread bancário em 6,4 p.p ao longo do ano de 2009 (BCB, 2009).

Após os efeitos da crise internacional de 2008/2009 provocados no cenário brasileiro, que paralisou as operações de crédito, houve um acréscimo significativo dessas operações no ano de 2010, tal acréscimo é explicado pelo o REBC de 2010 como sendo provocado pela força do mercado de trabalho, o nível auto de confiança dos atores da economia. Houve um declínio na inadimplência, devido a evolução positiva dos indicadores de emprego e renda, reduzindo o spread bancário em cerca de 0,9 p.p em relação a 2009 (BCB, 2010).

O ano de 2011 foi marcado por um crescimento no mercado de crédito, que de acordo com o Relatório de Economia Bancária e Crédito de 2011 pode ser justificado pelas medidas tanto macroprudenciais e quanto monetária que se implemento neste período. Tais medidas macroprudenciais desincentiva operações de crédito com prazos expandidos, afim de certificar um desenvolvimento sustentável deste mercado. Ocorre um aumento expressivo na discrepância entre a taxa de juros do crédito e a taxa básica de juros, ou seja, uma expansão do spread bancário que alcançou níveis de 26p.p, mesmo ocorrendo a flexibilização monetária no final do ano de 2011 (BCB, 2011).

Segundo o REBC 2012 determina que as operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) possui uma trajetória de expansão, em um processo brando. Com a flexibilização da política monetária nacional, as taxas de juros reduziram expressivamente. Com a retração das taxas de juros, o spread bancário decaiu, atingindo uma a média de 11,5. Já o indicador de inadimplência, considerando atrasos superiores a 90 dias, uma elevação acanhada (BCB, 2012).

O REBC de 2013, demonstra uma desaceleração de operações de crédito em comparação ao ano de 2012, principalmente nas contratações com recursos livres, especialmente de empréstimos voltados ao consumo. O custo médio das operações dirigiu-se ao aperno monetário iniciado em abril de 2013, ocasionando uma elevação na taxa de juros. Apesar dessa elevação das taxas de juros, o spread bancário teve uma declinação, situando-se em 11,1 p.p, em decorrência de um aumento maior no custo de captação. A taxa de inadimplência do sistema financeiro, sendo considera operações com atraso superior a 90

dias, teve uma significativa diminuição com relação ao ano interior, chegando a obter o menor índice da história (BCB, 2013).

O REBC de 2014, observou uma continuidade do processo de expansão das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), ocorrendo uma elevação da taxa de juros, juntamente com a ampliação do spread. O relatório de 2014 define o spread bancário pelas variáveis: Custo Administrativo; Inadimplência; Compulsórios + Subsídios Cruzado + Encargos Fiscais e FGC; Margem Bruta, Erros e Omissões; Impostos Diretos e Margem Líquida, Erros e Omissões. Analisando a trajetória de 2007 a 2014 (Tabela 1) (BCB, 2014).

Tabela 1- Decomposição do spread bancário 2014 (%)

Discriminação	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Spread Total	100	100	100	100	100	100	100	100
Custo Administrativo	18,33	10,41	12,3	11,5	10,32	16,32	12,66	9,82
Inadimplência	34,31	30,61	30,31	25,3	23,93	30,36	27,39	26,88
Compulsório + Subsidio Cruzado + Encargos Fiscais a FGC	3,34	4,06	3,99	2,88	2,85	3,77	3,2	3,26
Margem Bruta, Erros e Omissões (1-2-3-4)	44,01	54,93	53,4	60,3	62,89	49,55	56,75	60,04
Impostos Diretos	14,96	21,97	21,36	24,1	25,16	19,82	22,7	24,24
Margem Líquida, Erros e Omissões (5-6)	29,05	32,96	32,04	36,2	37,34	29,73	34,05	35,8

Fonte: Relatório de Economia Bancária e Crédito de 2014

Ao analisar os dados produzidos, o relatório discorre sobre a representação da variável “Margem Bruta, erros e omissões” que desde 2007 corresponde mais da metade do spread bancário. Constata-se também a diminuição da representatividade dos custos administrativos. Em relação a inadimplência, ela continua sendo reduzida, o conjunto “compulsório, subsídios cruzados, encargos fiscais e Fundo Garantidor de Crédito (FGC)”, apresentam uma tendência de queda. O spread bancário das operações de crédito do sistema financeiro alcançou 14,9 p.p neste ano.

Ao analisar os Relatórios de Economia Bancária e Crédito, é possível compreender a trajetória do spread bancários, sendo passível perceber os impactos que os diversos instrumentos financeiros provaram no cenário econômico.

2.3 Sistema financeiro brasileiro

“O Sistema Financeiro é um conjunto de instituições e instrumentos financeiros que visam transferir recursos dos agentes econômicos (pessoas, empresas, governos) superavitários para os deficitários” (FURLANI, 2013). O Sistema Financeiro Brasileiro de acordo com o Banco Central, lida diretamente com os quatro principais mercados. Sendo o mercado monetário fornecedor do papel moeda e moeda escritural a economia. O mercado de crédito como fornecedor de recursos para o consumo das pessoas em geral e para o funcionamento das empresas. O de mercado de capitais permitindo às empresas em geral captar recursos de terceiros e, portanto, compartilhar os ganhos e os riscos. E por fim o mercado de câmbio atuando na compra e venda de moeda estrangeira. Sendo composto pelo órgão normativo, o Conselho Monetário Nacional, que dita regras gerais, definindo políticas e diretrizes para o bom funcionamento do SFN. Já os órgãos supervisores, como o BCB e a Comissão de Valores Monetários ficam responsáveis por garantir que os integrantes do SFN sigam as regras. Já os operadores do SFN, são as instituições que lidam diretamente com o público, tendo seu papel como intermediário financeiro, como as instituições bancárias.

De acordo com Furlani (2013), as instituições bancárias são compostas pelas Caixas Econômicas; os Bancos Comerciais e Bancos Comerciais Cooperativos; Cooperativas de Crédito e os Bancos Múltiplos (com Carteira Comercial).

Os bancos comerciais são instituições financeiras privadas ou públicas que têm como objetivo principal proporcionar suprimento de recursos necessários para financiar, a curto e a médio prazos, o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviços, as pessoas físicas e terceiros em geral. Deve ser constituído sob a forma de sociedade anônima e na sua denominação social deve constar a expressão "Banco" (Resolução CMN 2.099, de 1994) (BCB, 2017).

O Setor Bancário brasileiro teve expressivas mudanças nos últimos anos, devido ao processo de reestruturação. Os números de bancos diminuíram drasticamente, principalmente os bancos estaduais devido ao fim das receitas inflacionárias que provocou o fim de instituições onde as rendas dependiam principalmente do cenário inflacionário e pela implementação de programas de reestruturação bancárias. Mesmo alcançando um patamar

importante no início do século XXI, o declínio dos bancos estrangeiros aconteceu rapidamente. Os bancos privados também tiveram grande redução, principalmente por incorporações de bancos de médio porte aos bancos de grande porte (PAULA et al., 2013). A Tabela 2 demonstra o nível de importância de cada seguimento no decorrer dos anos, e principalmente o declínio de cada um.

Tabela 2 - Market share por origem de capital (% do total dos ativos)

Origem do Capital	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2009
Bancos Federais	36,5	41,6	40	31	35,6	32,4	28,2	30,01
Bancos Estaduais	21,3	8,3	4,6	3,9	4	4	3,7	1,6
Privados Nacionais	26,4	27,7	25,2	29,7	34	34,3	37,7	42,1
Participação Estrangeira	7,2	13	22,6	27,2	20,2	22	23,8	20
Controle Estrangeiro	8,5	9,4	7,5	8,2	6,2	7,4	6,6	6,3
Total	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaborado por Paula et al. (2013).

Para Paula et al. (2013) os bancos públicos perdem um pouco do seu grau de participação na economia, no período pós-Real, principalmente pela privatização dos bancos estaduais. A crise financeira de 2008, os bancos públicos tornam-se fortes ferramentas anticíclica afim da recuperação da economia. Os autores também demonstram o papel diferenciado dos bancos públicos nas modalidades de crédito, investimento; rural e habitacional. Para os autores, os bancos públicos como BNDES, CEF e Banco do Brasil, são essenciais na execução de políticas creditícias anticíclicas, interferindo no crescimento da lucratividade.

A respeito da eficiência do Sistema Bancário brasileiro, estudiosos apontam a baixa competitividade existente no mercado, causando ineficiência e baixa produção, tendo uma relação entre o crédito e o Produto Interno Bruto insatisfatória. Mas dados mostram a importância do Brasil frente a crise financeira internacional, principalmente no fornecimento de crédito. Sendo esse período percussor de uma elevação significativa na relação crédito/PIB, sendo os bancos públicos grande responsável devido a ascensão do crédito direcionado (JAYME JR; CROCCO, 2010).

Tabela 3 Maiores bancos em operações de crédito (2014)

Instituições	Data do Balancete	Operações de crédito
Banco do Brasil	12/2014	46.678.075
Itaú	12/2014	38.759.116
Caixa Econômica Federal	12/2014	35.919.247
BNDES	12/2014	33.384.372
Bradesco	12/2014	30.272.098

Fonte: Elaborada pelo autor baseado nos dados do BCB (2014).

De acordo com o BCB (2014), os 5 maiores bancos detentores de operações de crédito em 2014 são: Banco do Brasil; Itaú, Caixa Econômica Federal; O Banco Nacional de Desenvolvimento-BNDS e o Bradesco (Tabela 3). O Banco central também divulga todo mês o saldo das operações de crédito (Quadro 1). Os dados de abril de 2017 demonstram um declínio em comparação a abril de 2016.

Quadro 1 - Saldo das operações de crédito, comparativo 2016/2017.

Operações de crédito do Sistema Financeiro	Atingiu R\$3.072 bilhões em abril, após reduções de 0,2% no mês e 2,2% em doze meses (ante variações respectivas de +0,2% e -2,6% em março).
Operações com pessoas físicas	Cresceram 0,1% no mês de abril, alcançando R\$1.577 bilhões
A relação crédito/PIB	Ocorreu um declínio 0,2 p.p., situando-se em 48,4%, ante 51,8% em abril de 2016
Crédito com recursos livres	Somou R\$1.526 bilhões (-0,6% no mês e -3,2% em doze meses)
Crédito com Recursos direcionados	Totalizou R\$1.546 bilhões (+0,2% no mês e -1,1% em doze meses)

Fonte: Elaborada pelo autor baseado nos dados do Banco Central Brasil, 2017.

Entende-se como crédito direcionado as “operações diretas e os repasses do BNDES, como aplicações obrigatórias de todo os bancos em crédito rural e habitacional, segmentos liderados por dois grandes bancos governamentais federais, Banco do Brasil e CEF, respectivamente” (LUNDBERG, 2011).

Nas palavras de Lundberg (2011) o BNDS é uma instituição do governo federal, sendo sustentáculo a investimentos efetuados pelas empresas do Brasil, sendo responsável 20% do saldo do crédito disponibilizado pelo Sistema Financeiro Nacional. Já o crédito habitacional utiliza recursos captados em cadernetas de poupança, que fazem parte do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE), sendo que as operações de crédito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) direcionadas principalmente a programas de habitação popular de responsabilidade governamental. Por fim, o crédito rural, que visa incentivar a produção, investimento e comercialização agropecuária do país. Sendo as principais fontes de financiamento do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) os recursos obrigatórios dos bancos comerciais, calculados com base em um percentual dos depósitos a vista, e os recursos das chamadas cadernetas de poupança rural.

As operações de crédito com recursos livres podem ser divididas em dois seguimentos: Pessoas Jurídica e Pessoa física. Os créditos concedidos as pessoas jurídica são: desconto de duplicatas; capital de giro; conta garantida; cheque especial – pessoas jurídicas; vendor; Adiantamentos sobre contratos de câmbio (ACC); financiamento à importação; repasses externos; outros créditos livres; desconto de cheques; antecipação de faturas de cartão de crédito; aquisição de veículos – pessoas jurídicas; aquisição de outros bens – pessoas jurídicas; Leasing – veículos; leasing – outros bens; comprar; cartão de crédito – pessoas jurídicas; financiamento à exportação (BCB, 2015).

Já os créditos de recursos livres a pessoas físicas são constituídos pelo cheque especial, que é uma operação de crédito rotativo, sendo empregado em situações não previstas e de curto prazo, através da conta corrente, qualquer valor depositado em conta corrente amortiza o saldo devedor. Crédito pessoal não consignado que corresponde a operações não vinculadas à aquisição de bens ou serviços. Crédito pessoal consignado sendo empréstimos pessoais com desconto das prestações em folha de pagamento, podendo ser servidores públicos, aposentados e pensionistas (INSS) e trabalhadores do setor privado. Aquisição de veículos – financiamentos de veículos automotores. Aquisição de outros bens, sendo empréstimos para aquisição de outros bens, exceto veículos automotores. Cartão de crédito: cartão de crédito à vista (operações sem incidência de juros); cartão de crédito rotativo (financiamento do saldo devedor remanescente após vencimento da fatura e saques em dinheiro); cartão de crédito parcelado (parceladas com incidência de taxa de juros). Outros créditos livres são operações não passíveis de classificação. Crédito pessoal vinculado à renegociação de dívidas. Leasing veículos. Leasing outros bens e Desconto de cheques (BCB, 2015).

3 METODOLOGIA

A pesquisa científica é uma análise detalhada, que visa resolver um impasse, recorrendo a procedimentos científicos. Investiga-se uma pessoa ou grupo capacitado, abordando um aspecto da realidade, no sentido de comprovar experimentalmente hipóteses ou para descrevê-la, ou para explorá-la (GERHARDT;SILVEIRA 2009).

A análise foi realizada objetivando conhecer os determinantes e o “tamanho” do spread bancário brasileiro utilizando-se da pesquisa quantitativa em relação a abordagem do problema. De acordo com os autores Gerhardt e Silveira (2009) a pesquisa quantitativa tem suas raízes no pensamento positivista lógico, possuindo um raciocínio dedutivo, baseando em regras lógicas e em atributos mensuráveis. Utiliza de procedimentos estruturados e instrumentos formais para coletas de dados, enfatizando a objetividade.

Do ponto de vista do intuito de investigar os determinantes e o "tamanho" do spread bancário no Brasil, levando em consideração a taxa de juros de captação de recursos pelo sistema financeiro e o custo médio do crédito concedido, ao descrever os maiores volumes de crédito concedido no Brasil e as taxas de juros /medias de captação de recursos e concessão de crédito, a pesquisa desenvolveu-se pelo método descritivo. Este método descreve as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Para investigar as diferenças entre o custo de captação de recursos pelo sistema financeiro e o custo de concessão de crédito pela sociedade, a pesquisa se desenvolveu por método explicativo, possuindo como preocupação central identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos.

Quanto aos procedimentos a serem realizados, a pesquisa se desenvolveu pelo método documental, onde de acordo com Gil (2008) ocorre através de análise de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico.

A metodologia da pesquisa desenvolvida apresenta-se de forma simplificada no Quadro 2.

Quadro 2- Metodologia da Pesquisa

Objetivo	Descrever os maiores volumes de crédito concedido no Brasil;	Quantitativo e Descritivo
	Apresentar as taxas de juros médias de captação de recursos e concessão de crédito;	
	Investigar as diferenças entre o custo de captação de recursos pelo sistema financeiro e o custo de concessão de crédito pela sociedade.	Quantitativo e Explicativo
	Investigar os determinantes e o "tamanho" do spread bancário no Brasil, considerando a taxa de juros de captação de recursos pelo sistema financeiro e o custo médio do crédito concedido	Pesquisa documental
Base de dados	O Banco Central do Brasil	Dados secundários
Problema de Pesquisa	Qual o "tamanho" e determinantes do spread bancário no Brasil?	Quantitativo e Descritivo

Fonte: Elaborada pelo autor

3.1 Base de dados

A pesquisa foi realizada com base em dados secundários extraídos do Banco Central do Brasil, onde foram coletadas e analisadas as taxas médias de Juros para crédito e a Selic, de 2012 a 2017 (anual). O período de pesquisa foi de acordo com a disponibilidade de todos os dados no sítio do Banco Central.

Especificamente, os dados de créditos disponíveis nessa fonte foram as seguintes formas de empréstimos: i) Aquisição de outros bens; ii) Aquisição de Veículos; iii) Cartão de Crédito Parcelado; iv) Cartão de crédito rotativo; v) Cheque especial; vi) Consignado INSS; vii) Consignado Privado; viii) Consignado Público; ix) Não consignado; x) Financiamento

imobiliário com taxas reguladas – taxas pós fixada referenciadas em TR; xi) Financiamento imobiliário com taxas de mercado - taxas pós fixada referenciadas em TR.

Com relação à taxa de juros de referência (remuneração do capital), preferiu-se utilizar a taxa de juros básica da economia, a SELIC (overnight), considerando o mesmo período dos dados anteriores.

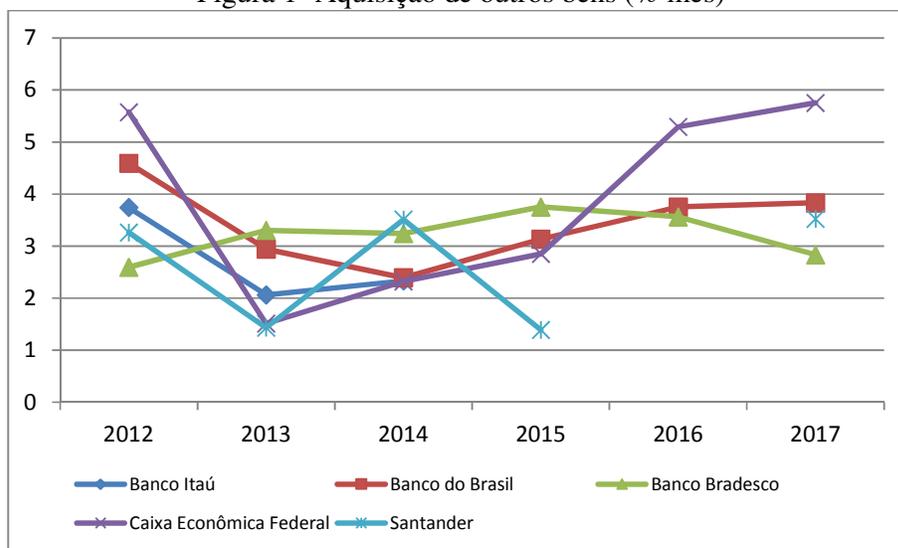
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Crédito no brasil: análise descritiva

Com a intenção de apresentar os comportamentos existentes de diversos tipos de créditos brasileiros, uma análise mais aprofundada dos volumes de crédito no País e sua concentração nas principais instituições financeiras foi realizada. As Figuras abaixo referem-se aos dados de uma série histórica construída baseando-se em dados disponibilizados pelo Banco Central do Brasil na primeira semana de cada ano, sendo a serie construída desde o ano de 2012 até 2017.

Ao analisar a linha de crédito “Aquisição de outros bens” (Figura 1) é possível notar que o comportamento desse tipo de crédito passa por diversas mudanças ao longo dos anos, onde as principais instituições financeiras se entrelaçam nos períodos iniciais. Já em relação aos últimos anos nota-se um comportamento linear e distinto.

Figura 1- Aquisição de outros bens (% mês)



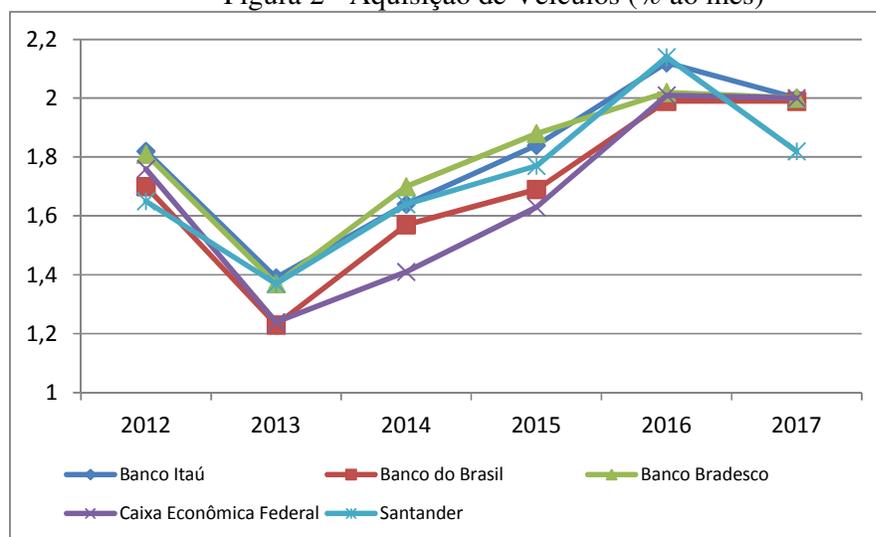
Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do Banco Central do Brasil

O Banco Santander, se comporta de maneira diversificada até 2015 (último ano em que os dados foram apresentados), demonstrando a menor taxa no ano de 2015 e a maior taxa no ano de 2014, ficando evidente seu comportamento instável. A Caixa Econômica Federal segue um perfil oscilando entre as menores e maiores taxas ao longo dos anos. Todavia, nos últimos anos mostra-se como a instituição que oferece maior taxa nesse tipo de crédito. O

Banco do Brasil e Bradesco demonstram poucas oscilações, permanecendo em taxas relativamente medianas. Já o Itaú, apenas apresenta dados até o ano de 2014, tendo pouca representatividade nesta linha de crédito.

Ao analisar a linha de crédito que subsidiam aquisições de veículos (Figura 2) é possível constatar poucas oscilações ao longo dos anos pelas instituições. Este comportamento semelhante, ou seja, as instituições apresentam aumento e quedas de taxas nos mesmos períodos. Com isso, é possível notar que esta linha de crédito não possui grande concorrência, já que as instituições pouco se entrelaçam durante o período analisado.

Figura 2 - Aquisição de Veículos (% ao mês)

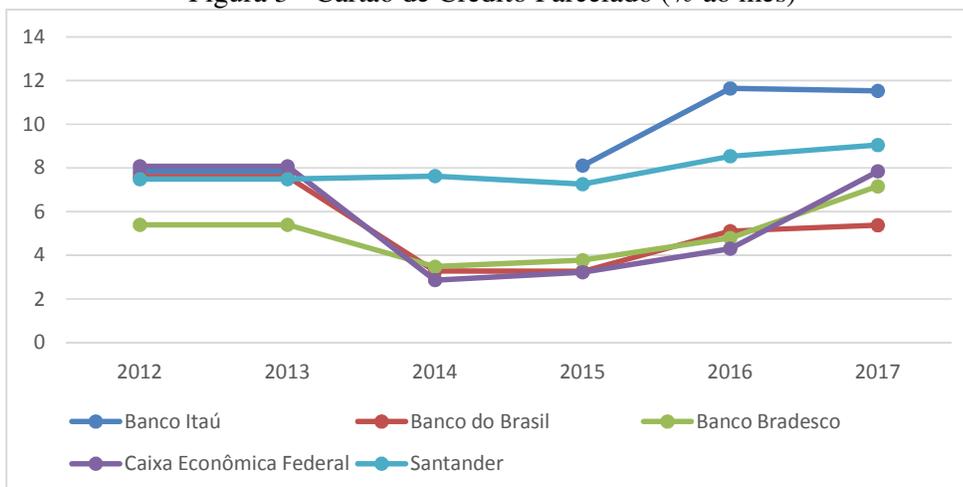


Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do Banco Central do Brasil

Outro ponto importante observado, foi em relação as maiores taxas nesse tipo de crédito serem oferecidas pelos bancos privados (Itaú, Santander e Bradesco) e as menores taxas de crédito pelos Bancos públicos (Banco do Brasil e Caixa Econômica).

Na linha de crédito “Cartão de Crédito Parcelado” (Figura 3), os bancos se comportam de maneira mais entrelaçada. No início do período analisado (2012-2013), o banco do Brasil, Caixa Econômica e o Santander possuem uma trajetória parecida, tendo o Bradesco um comportamento diferenciado, sendo responsável pela menor taxa de juros nesta linha de crédito.

Figura 3 - Cartão de Crédito Parcelado (% ao mês)

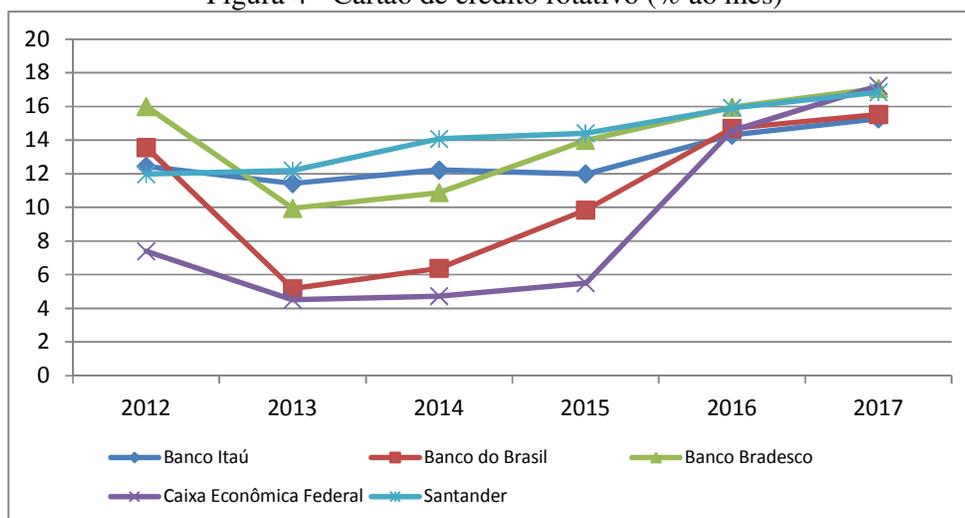


Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do Banco Central do Brasil

A partir de 2013, há uma queda significativa nas taxas de juros de todos os bancos. Apenas o banco Santander permanece com um comportamento linear, apresentando pequeno aumento durante o período analisado. Após 2014, o Bradesco, a Caixa Econômica e banco do Brasil oferecem as menores taxas de juros, apresentando um perfil semelhante entre eles. No último período analisado (2015-2017), é notório que esses bancos começam a se comportar tendendo ao aumento das taxas de juros., principalmente pelo aumento da inadimplência nesse quesito de crédito. O banco Itaú apenas oferece dados a partir de 2015, permanecendo como a maior taxa de juros durante todo o restante do período analisado.

Em relação ao cartão de crédito rotativo (Figura 4), as instituições bancárias se comportam de maneira mais dispersa até o ano de 2016. Nota-se que ocorre pouca concorrência nesta linha de crédito até o ano de 2016, sendo a Caixa a instituição que oferta a menor taxa de crédito, seguida pelo banco do Brasil. Todos os bancos, sendo eles, privados ou públicos, se entrelaçam no topo do gráfico, sendo responsáveis pelas maiores taxas.

Figura 4 - Cartão de crédito rotativo (% ao mês)



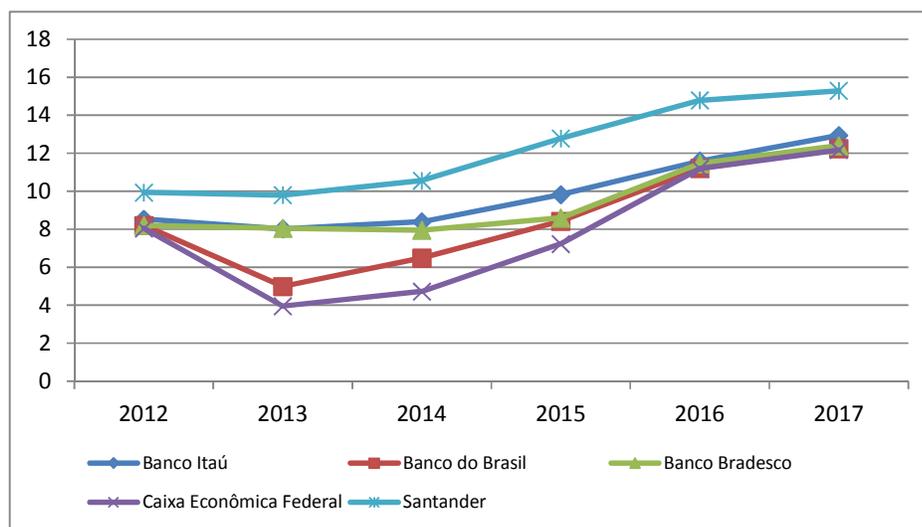
Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do Banco Central do Brasil

Após o ano de 2015 é possível notar uma ascensão nas taxas de juros, principalmente dos bancos públicos (Caixa Econômica e Banco do Brasil), se aproximando dos demais bancos. Após o ano de 2016 todos os bancos ocupam o topo do gráfico, ofertando a maior taxa de juros de todo o período analisado, pode ser justificado pelo período de recessão que o país se apresenta, aumentando a chance de inadimplência, consequentemente forçando as instituições financeiras a criar artifícios para diminuir o efeito do calote.

As instituições apresentam um perfil semelhante quanto a linha de crédito cheque especial (Figura 5). Ao longo do período analisado, as instituições pouco se entrelaçam, sem muitas alternâncias. Sendo o banco Santander dono das taxas de juros mais altas e a Caixa Econômica aparecendo como ofertante das taxas de juros mais baixa. Os demais bancos possuem as taxas medianas e pouco competem entre si.

Após o ano de 2015, além de uma ascensão das taxas, é possível notar uma maior competitividade nesta linha de crédito. O Banco Santander se mantém no topo do gráfico, ofertando a maior taxa de juros em todos os períodos analisados e os demais bancos se entrelaçam a partir de 2016, permanecendo com esse comportamento pela restante do período analisado.

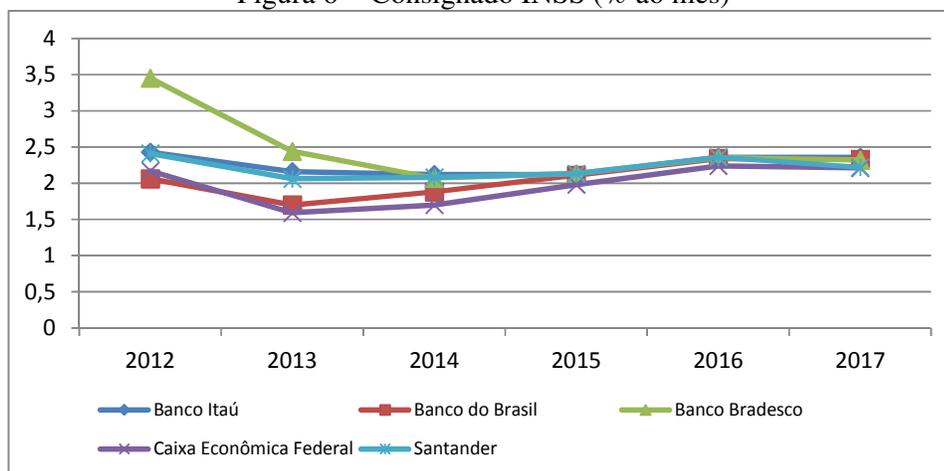
Figura 5 -Cheque especial (% ao mês)



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do Banco Central do Brasil

O Crédito Consignado INSS, ofertado para aposentados e pensionistas, começa a série histórica analisada com um comportamento difuso (Figura 6). O banco do Bradesco responsável pela maior taxa de juros, o Santander e o Itaú ofertando as taxas medianas, e os bancos com participação do Estado (Banco do Brasil e Caixa Econômica) donos das menores taxas de juros nesta linha de crédito.

Figura 6 - Consignado INSS (% ao mês)



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do Banco Central do Brasil

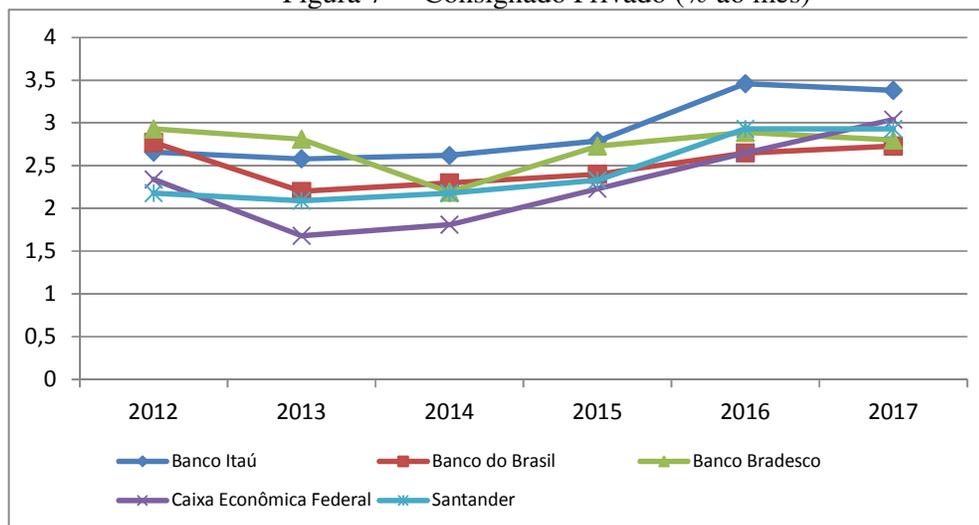
Este comportamento vai modificando com passar dos anos. Observa-se que a partir de 2014, todos os bancos começam a possuir taxas de juros próximas. E esse comportamento se

mantem durante todo o período analisado, demonstrando o alto índice de competitividade nesta linha de crédito. Além da queda na taxa de juros presente no final do período analisado.

O crédito Consignado Privado, normalmente é ofertado pelos bancos em parcerias com as empresas pagadores. Ou seja, o empréstimo continua sendo descontado diretamente em folha de pagamento, diferente do consignado INSS que desconta direto da aposentadoria.

Ao analisar a Figura 7, observa-se um comportamento linear e homogêneo durante todo o período analisado. O comportamento mais disperso é do Banco Itaú, que passa de uma taxa mediana no início do período, para a maior taxa, sendo que no final do período demonstra comportamento que indica um declínio nas taxas. Os demais bancos se entrelaçam bastante durante todo o período, indicando forte concorrência nesta linha.

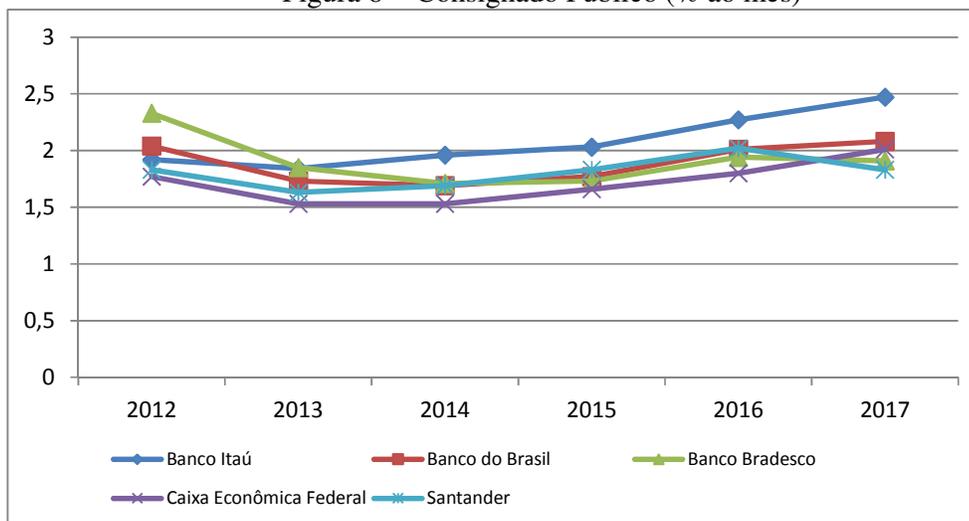
Figura 7 - Consignado Privado (% ao mês)



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do Banco Central do Brasil

O Consignado Público, assim como a o Privado, tem uma trajetória bem homogenia e linear, sem grandes variações ao longo do período (Figura 8). Os bancos se entrelaçam e permanecem razoavelmente juntos durante todos os períodos analisados. Diferente do demonstrado no Consignado Privado, o Itaú demonstra uma inclinação de ascensão da sua taxa.

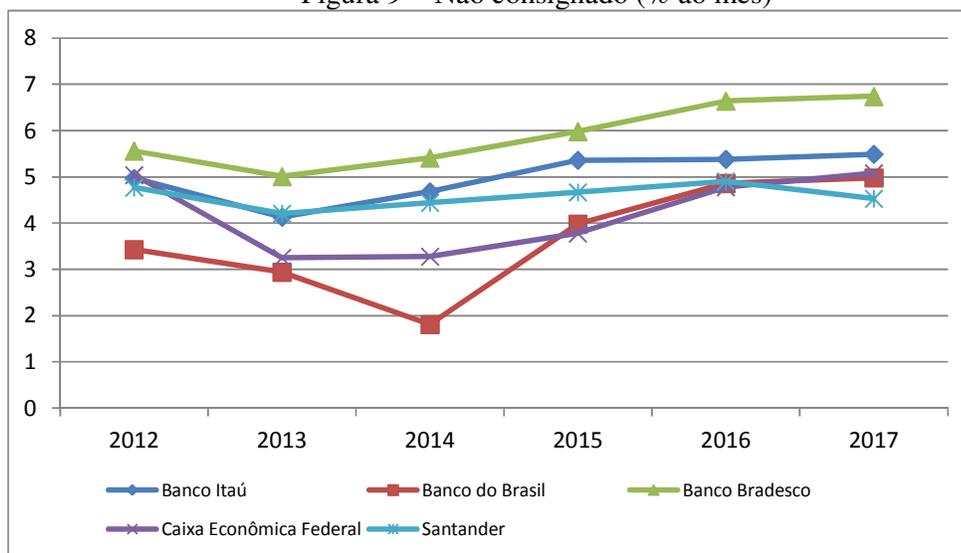
Figura 8 - Consignado Público (% ao mês)



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do Banco Central do Brasil

Os créditos não consignados também, em sua maioria do tempo, possuem um comportamento linear (Figura 9), com uma inclinação nas linhas de créditos após 2014. O Banco do Brasil é o que possui uma maior variação, começando o período de análise com uma taxa baixa, e sofrendo uma que dá após 2013. Já no ano de 2014, o banco do Brasil que antes se apresentava como a menor taxa, se aproxima aos demais bancos.

Figura 9 - Não consignado (% ao mês)



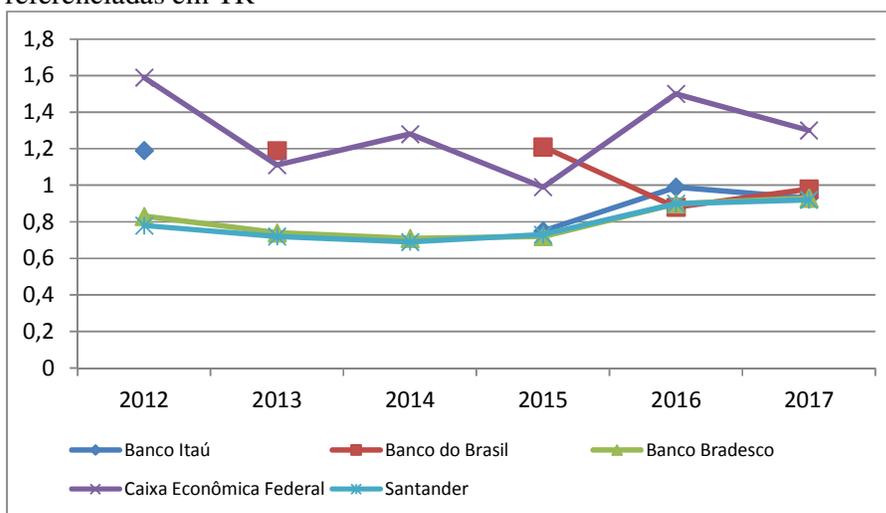
Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do Banco Central do Brasil

Já o Bradesco se apresenta como a maior taxa de juros e segue nesta linha durante toda a análise. A Caixa Econômica tem a segunda menor taxa de juros até 2016. Isso demonstra a

influência que os bancos públicos possuíam nesta linha de crédito. O cenário vem apresentando mudanças, já que o banco privado Santander possui as menores taxas de empréstimos não consignados em 2017.

A Figura 10 apresenta as taxas de juros para financiamento imobiliário geradas pelas instituições bancárias, nesta linha de créditos é notável a falta de competitividade entre os principais bancos, já que apenas o Santander, o Bradesco e a Caixa Econômica que aparece em todas os períodos analisado. Outro ponto a destacar é o comportamento linear que as instituições possuem. A Caixa Econômica oscila durante toda a série histórica, se mostrando com as taxas mais altas. Já o Bradesco e Santander são responsáveis pelas menores taxas, com pouca oscilação e competindo de forma mais igualitária entre si. O Banco do Brasil possui uma taxa mais competitiva a partir de 2015, se igualando ao Bradesco e Santander nos últimos anos.

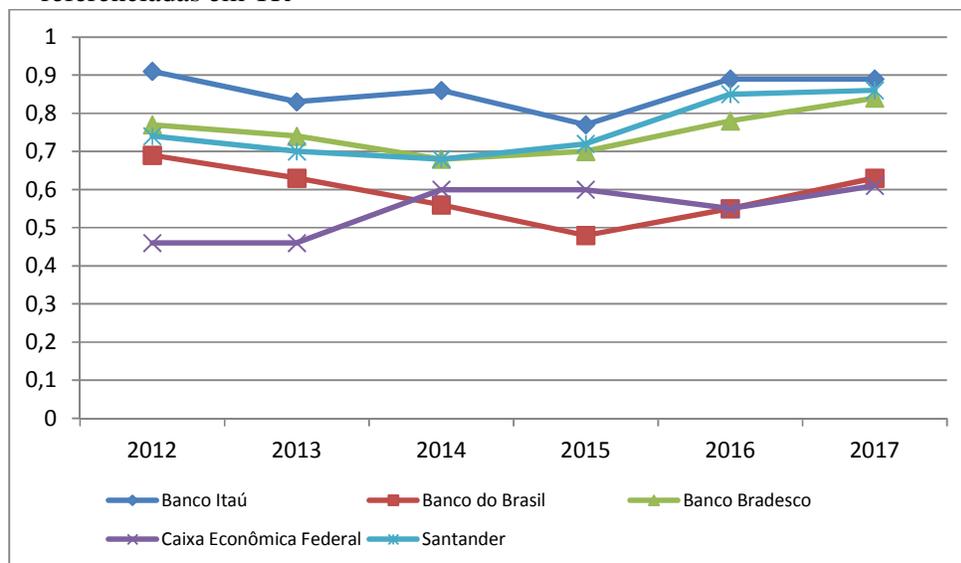
Figura 10 - Financiamento imobiliário com taxas de mercado (% ao mês) - taxas pós fixada referenciadas em TR



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do Banco Central do Brasil

Os financiamentos imobiliários com as taxas reguladas (Figura 11), já possuem uma competitividade mais notável entre os bancos.

Figura 11 - Financiamento imobiliário com taxas reguladas (% ao mês) – taxas pós fixada referenciadas em TR



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do Banco Central do Brasil

É importante observar novamente, a divisão notável entre os bancos públicos e privados. Os bancos privados se apresentam durante toda a série histórica no topo da Figura e entrelaçam entre si em alguns momentos, ou seja, com as maiores taxas de juros nesta linha de crédito. Já os bancos públicos (Banco do Brasil e a Caixa) se mantêm na base da Figura, sendo responsáveis pelas menores taxas, existindo uma certa competitividade entre eles. Já nos últimos dois anos, os bancos públicos se igualam e caminham numa trajetória homogênea. É possível notar a importância do governo no subsídio dos financiamentos imobiliários, possibilitando taxas menores incentivando a sociedade no sonho da casa própria.

4.2 Os fundamentos de determinação

As taxas de juros das operações de crédito de 2012 foram consideradas como as menores taxas desde o ano de 1995. De acordo com o coordenador de estudos econômicos da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFAC, 2017), das reduções significativas das taxas se deram pelo aumento da competição entre os bancos, principalmente pela diminuição das taxas de crédito dos bancos públicos. Os Bancos Públicos são importantíssimos no cenário de crédito brasileiro, pois servem como “base” para os demais bancos na hora de instituir suas taxas de juros.

A ANEFAC esperava que as taxas de juros continuassem a diminuir ao longo dos anos, baseando no crescimento econômico e na leve diminuição da inadimplência. Neste mesmo ano, a taxa básica de juros (Selic) teve uma redução significativa de 42,00%, passando de 12,50% ao ano para 7,25% ao ano em dezembro de 2012.

Entretanto, o cenário de 2013 não foi como o esperado. A taxa média de juros teve um aumento de 4,1 pontos percentuais. Esse aumento foi superior ao promovido pelo governo, que aumentou a Selic, esta passou de 7,25% para 10% ao ano. Segundo informações do site Folha de S. Paulo, em 29 de janeiro de 2014 Túlio Maciel, chefe do departamento econômico do Banco Central, explica a redução do uso do cheque especial devido ao uso do 13º salário para reorganizar a vida financeira. O aumento da Selic tinha como objetivo de controlar a inflação. Com aumento dos juros, é mais difícil tomar empréstimos, além disso o aumento da Selic desestimula o consumo, contém o preço e controla a inflação.

Mesmo com a alta da taxa média de juros, o crédito continuou em expansão, mas em ritmo desacelerado. A expansão se deu principalmente pelos recursos direcionados, demonstrando assim o aumento da participação dos bancos públicos no cenário de concessão de crédito. De acordo com o site da Folha, o spread bancário neste ano sofreu recuo de 0,4 p.p.

Em 2014 os juros continuaram a subir, o cenário brasileiro enfrentava alguma dificuldade. A expectativa de crescimento econômico era baixíssima, acompanhado de pressões inflacionárias. As taxas de juros tenderam a aumentar durante os demais meses, principalmente pelo risco de crédito, ou seja, pelo aumento da inadimplência (G1, 2014).

No próximo ano não foi diferente, o aumento da inadimplência e das taxas médias de juros, contribuíram para a queda tanto da concessão como da contratação de empréstimos, principalmente pela restrição de concessão de financiamento. Em 2015, esse cenário continuou em progressão do aumento de taxas de juros, principalmente para pessoa física (G1, 2015).

No ano seguinte, o cenário continuou não apresentando melhorias nas taxas de juros. A taxa Selic apresentou elevação de 7 p.p, chegando a 14,25%. De acordo com o diretor da ANEFAC, o aumento da inadimplência é primordial no aumento das taxas de juros. As instituições financeiras elevam as taxas de juros como forma de amenizar as perdas com a inadimplência. O aumento da inadimplência pode ser explicado pela recessão econômica que o país enfrenta este período e que culminou numa grande onda de desemprego, além dos aumentos dos impostos, que contribuiu com a redução da renda das famílias.

Como pode ser visto nos dados apresentados na sessão 1, os juros do cartão de crédito rotativo e do cheque especial bateram recordes, sendo consideradas como as linhas de crédito mais caras. Já o empréstimo consignável e de financiamento de veículos teve uma minúscula redução. Já no início de 2017, o cenário demonstra melhores expectativas. Após uma queda na taxa Selic, as principais instituições financeiras baixaram suas taxas de juros. Acreditando na melhora econômica brasileira, é possível notar reduções na maioria dos créditos, principalmente para as pessoas físicas, se destacando o cheque especial, o empréstimo pessoal e o financiamento de veículos.

A trajetória dos financiamentos de veículos sofreu grandes pressões após uma grande alta da taxa de inadimplência em 2013. De acordo com o site diário catarinense bancos restringiram a concessão de crédito, após o calote dos financiamentos sem entrada e parcelado em até 90 vezes. Com a alta da inadimplência é possível explicar o aumento drástico da taxa após 2013. Esta só tendeu ao aumento desde então, principalmente após a grande recessão de 2015.

Neste último ano, 2017, o mercado vem sentindo melhorias. Como é possível notar, a taxa de juros após 2016 sofre uma queda tímida. O site diário catarinense (CB -Correio Braziliense, 2014), acredita que isto é graças a um pequeno aumento de demanda e ao apoio ao crédito, onde o Banco Central injetou milhões na economia brasileira. Mesmo assim os bancos ainda estão receosos quanto a oferta desta linha. Um meio que objetiva algum tipo de segurança é a estipulação de uma entrada média acima de 30% como garantia das taxas mais baixas.

Diferente da maioria das taxas de juros terem sofrido uma queda significativa no último ano, pela diminuição da taxa Selic, o parcelamento de cartão de crédito se comporta de maneira distinta. A linha de crédito continuou apresentando taxas cada vez maiores. De acordo com diretor executivo de Estudos e Pesquisas Econômicas da ANEFAC, pelo jornal o globo, nada explica essa alta. Já que o esperado era que todas as taxas recuassem, com a queda da Selic. Isto é um fato o isolado, não é uma tendência, apenas demonstra que as instituições financeiras ainda estão preocupadas com o futuro do país.

Diferente do cartão de crédito parcelado, que paga pelo menos o mínimo do cartão, ou seja, quem utiliza da modalidade de crédito rotativa, pode perceber uma pequena redução nas taxas de juros. Esta queda pode ser explicada pela mudança ocorrida no início de 2017, onde os usuários não podem permanecer no rotativo por mais de 30 dias. O banco central determina que a quitação deve acontecer até o vencimento da fatura, seja por recurso próprio ou pelo parcelamento desta.

O cheque especial, vem tendo uma trajetória de aumento durante toda série histórica analisada. E assim como o cartão de crédito parcelado, foi na contramão do esperado. Suas taxas de juros continuaram a subir durante alguns meses de 2017, mesmo com a redução da taxa básica de juros. De acordo com o site globo, a partir da metade do ano de 2017, o cheque especial já demonstra tendência a redução das taxas de juros influenciada pela queda da Selic.

O crédito consignado é uma modalidade de crédito muito importante de grande utilização pela sociedade. Podendo ser concedido através do benefício do INSS, ou seja, para aposentado ou pensionista, para trabalhadores de empresa privada, concedido como garantia pela folha de pagamento e os consignados públicos podem ser realizados por servidores públicos municipais, estaduais e federais

O Crédito consignado do aposentado, entre os outros, é o que oferece menor taxa de juros, tendo nos últimos anos grande estabilidade, sofrendo pequenas altas e quedas ao longo dos anos. O consignado se tornou um meio de complementação da renda do aposento, que recorre ao empréstimo para reorganizar o orçamento, suprir necessidade básicas ou até menos como meio de consumo. Por isso a importância do subsídio do governo nesta linha de crédito. É assim que o governo com a redução da taxa Selic e pelo entendimento da necessidade das classes menos afortunadas, principalmente pela alta taxa de endividamento, reduz as taxas de crédito de todas as modalidades de consignado.

Só neste ano de 2017, o consignado INSS passou de 2,34% no início do ano, para 2,14% antes do meio do ano e fechando 2017 com uma taxa de 2,08%. Já para os servidores (consignado público), a taxa de juros foi reduzida de 2,5% ao mês para 2,05% ao mês. Assim como as maiorias das modalidades de crédito, os consignados tendem a continuar numa trajetória de queda, primeiro pela redução da taxa Selic e segundo como a forma que o governo encontrou de auxiliar os aposentados, pensionistas e trabalhadores a reorganizarem o orçamento tentando combater o endividamento.

Seguindo a linha de queda das taxas de juros, o G1 notificou que os juros do financiamento imobiliários retornaram ao patamar de um dígito p.p neste ano de 2017. Segundo o site, a Caixa Econômica Federal que até então era líder no segmento, com participação de mercado de quase 70%, deixaram de ter as taxas mais baixas do mercado nas linhas com recursos da poupança.

Já de acordo com o site Exame a poupança tende a apresentar taxas mais atrativas nos próximos meses, impulsionando ainda mais a oferta desta linha de crédito. Não apenas a redução da taxa de juros Selic contribuiu para melhora na oferta de crédito imobiliário. Segundo a Exame a estabilização nas taxas de desemprego, preços ainda competitivos dos

imóveis residenciais e melhora gradual nos indicadores de confiança do consumidor foram primordial para torna o cenário propício. Para o presidente da Abecip, Gilberto Duarte de Abreu Filho, estamos em um período de reversão da recessão. Em que a queda da inflação permitirá uma redução dos juros, e ainda disserta que quedas de taxas de juros, mesmo que minúsculas, em linhas de créditos de mais de 20 anos já faz grande diferença.

4.3 O tamanho do spread bancário brasileiro

Nesta sessão estão apresentados o spread de cada banco, ou seja, o lucro que cada banco possui, em pontos percentuais, considerando cada linha de crédito acima analisado. As taxas de juros de cada linha de crédito, em cada ano analisado foram diferenciados com relação à taxa Selic do ano correspondentes. O Quadro 3 estão os dados que representam a taxa média do spread bancário.

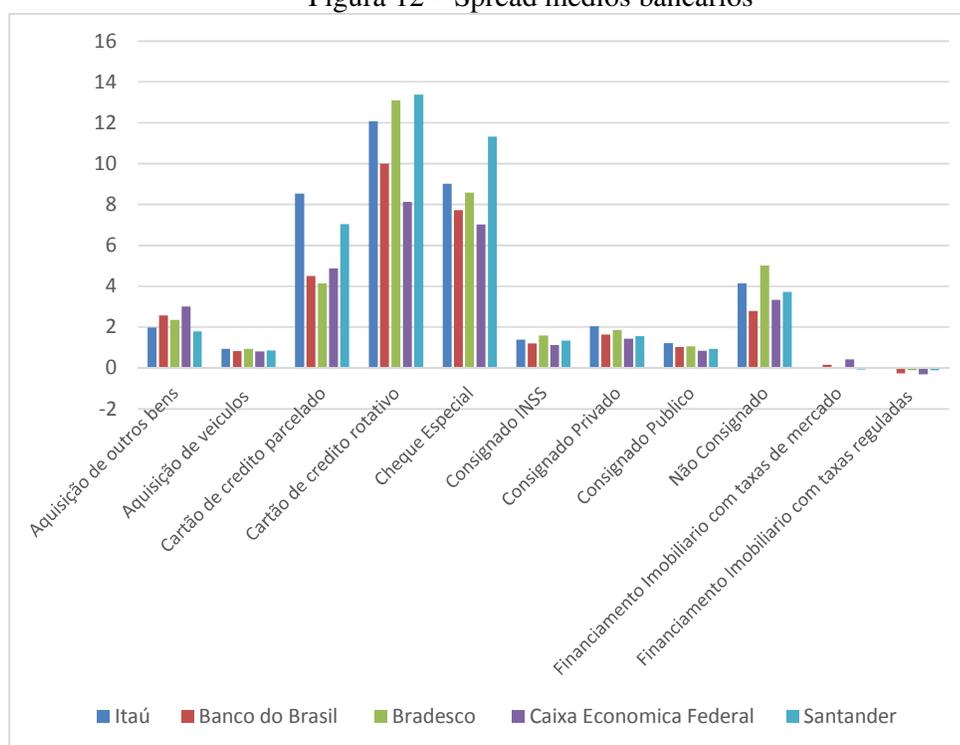
Quadro 3 - Taxa média do Spread Bancário (%)

CRÉDITO\SPREAD MÉDIA	ITAÚ	BANCO DO BRASIL	BRADESCO	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	SANTANDER
Aquisição de outros bens	1,97	2,57	2,35	3,02	1,8
Aquisição de veículos	0,94	0,83	0,93	0,81	0,87
Cartão de crédito parcelado	8,53	4,51	4,14	4,87	7,04
Cartão de crédito rotativo	12,07	10	13,1	8,12	13,37
Cheque Especial	9,02	7,73	8,58	7,02	11,33
Consignado INSS	1,39	1,2	1,59	1,12	1,34
Consignado. Privado	2,05	1,64	1,86	1,43	1,57
Consignado publico	1,22	1,026	1,05	0,85	0,94
Não consignado	4,14	2,8	5,02	3,34	3,72
Financiamento Imobiliário com taxas de mercado	0,05	0,16	-0,05	0,43	-0,07
Financiamento Imobiliário com taxas reguladas	0	-0,27	-0,1	-0,31	-0,1

Fonte: Elaborado pelo próprio autor de acordo com os dados fornecidos pelo Banco Central.

De acordo com os dados da Figura 12 é possível visualizar os maiores lucros bancários. Sendo as linhas de crédito, Cheque Especial e Cartão de crédito rotativo as responsáveis pelos maiores lucros dos bancos, além de serem as mais altas entre todas as outras analisadas, também é feito consensual entre todos os bancos analisados. Isso pode ser explicado pela facilidade do uso do cheque especial, que fica disponível na conta corrente do cidadão. Além de ser um crédito com cobrança diária e em que na data de vencimento automaticamente se renova, ainda acaba virando uma “bola de neve” no orçamento do brasileiro.

Figura 12 – Spread médios bancários



Já o rotativo do cartão de crédito pode ser explicado pelo alto endividamento brasileiro, onde o cartão de crédito é o ponto principal. O Cartão de crédito é um grande aliado para população que almeja conquistar os bens e não possui reserva, já que possibilita o parcelamento da compra. Contudo como não “se vê o dinheiro saindo do bolso” muitas pessoas acabam descontrolando e orçamento não fecha após o vencimento da fatura do cartão.

Em aquisição de outros bens, o Banco do Brasil e a Caixa possui os maiores lucros, o que pode apontar o desinteresse do governo no subsídio desta linha de crédito. Pois tais bancos ofertam as maiores taxas de juros medianas. Já na aquisição de veículos, os bancos

públicos possuem os menores lucros, indicando o interesse do governo em facilitar a aquisição por parte da população. Coisa que também acontece quando o assunto é financiamento imobiliários, que possui o spread tão baixo, que chega a ser negativo em alguns casos. Sendo assim, é possível notar que os bancos públicos têm um foco maior nestes dois tipos de créditos, sendo subsidiado pelo governo, com isso oferece melhores ofertas de taxas de juros e condições de financiamento. Sendo protagonista na conquista do sonho da casa e do veículo próprio.

Já as linhas de créditos consignados, não oferecem grandes margens de lucros para as instituições financeiras. Porém isso não tira sua importância, já que possui altíssima demanda e volume de oferta, tornando-se altamente rentável. Sua baixa margem de lucro pode ser explicada pelo baixo nível de inadimplência, já que possui uma “certeza” de recebimento maior, pois é descontado direto em folha, seja de empresa ou público e INSS. Sendo assim, é a linha de crédito mais segura de oferta, por isso as taxas de juros baixas.

É possível notar que todas as linhas de créditos que possuem alguma garantia de recebimento, ou seja, menores chances de inadimplências, possuem taxas de juros menores, consequentemente um spread menor. Isso acontece nas linhas como: aquisição de veículos, aquisição de imóveis e nas linhas consignado empresa; público e INSS. Sendo assim é indiscutível a importância da inadimplência no tamanho do spread.

5. CONCLUSÃO

O objetivo principal desta pesquisa foi investigar os determinantes e o "tamanho" do *spread* bancário no Brasil, considerando a taxa de juros de captação de recursos pelo sistema financeiro e o custo médio do crédito concedido. Assim, conseguir descrever os maiores volumes de crédito concedido no Brasil, apresentando as taxas de juros médias de captação de recursos e concessão de crédito, possibilitando investigar as diferenças entre o custo de captação de recursos pelo sistema financeiro e o custo de concessão de crédito pela sociedade.

O levantamento bibliográfico realizado nesta pesquisa permitiu o conhecimento de alguns conceitos importantes. Sendo o *spread* de acordo Banco Central do Brasil como a diferença entre taxas de juros de concessão e de captação, compreendendo o lucro e o risco relativos às operações de crédito, como as despesas administrativas e a taxa de inadimplência, sendo este um dos maiores *spreads* bancário mundial, baseando-se nos dados do Fundo Monetário Internacional. Podendo ser analisado por dois meios, o *ex-ante*, onde as taxas estabelecidas pelos bancos, sendo mensurado das decisões dos bancos sobre as taxas de captação e as de empréstimo, sendo realizada antes do resultado. O outro conceito é o *ex-post*, que é estabelecido de acordo com os resultados financeiros realizados pelo banco

A partir da série histórica construída com os dados disponibilizados pelo Banco Central do Brasil, foi possível constatar que os 5 maiores bancos detentores de operações de crédito são: Banco do Brasil; Itaú, Caixa Econômica Federal; Banco Nacional de Desenvolvimento-BNDS e o Bradesco. Sendo que o Itaú é a instituição financeira que apresentou uma margem de lucro maior na maioria das linhas de crédito e possuindo assim um *spread* maior. O banco Santander, mostrou-se à frente nas duas linhas de crédito mais onerosas para sociedade, o cartão de crédito e o cheque especial.

O motivo do cheque especial e do cartão de crédito ser detentor do maior *spread* em todos os bancos analisados, foi recorrente ao maior nível de inadimplência, sendo atribuído ao aumento do desemprego nos últimos anos. O que não aconteceu por exemplo nos créditos consignados, que possuem maior segurança de recebimento, já que são descontados direto em folha.

As taxas de créditos de um modo geral tiveram um aumento significativo, que provocou um entreve tanto na concessão quanto na demanda de empréstimo, já que estes se tornaram mais altos. Desta maneira, a possibilidade da sociedade de manter reservas tornou-se mais difíceis pelo momento de crise que o Brasil vive, além da taxa da captação não ser muito atrativa.

Outro ponto observado, foi a importância dos bancos públicos na concessão de financiamentos imobiliários e de veículos, em que o Banco do Brasil e a Caixa mostraram-se como detentores das menores taxas e spread nessas linhas, já que o governo subsidiava boa parte, influenciando então nas taxas de juros dos bancos restantes. No último ano analisado (2017), o Brasil começou a apresentar pequenas melhoras nos índices econômicos. E a passos curtos tendem a haver uma melhoria nas taxas de juros pela diminuição da taxa Selic, possibilitando um aumento na concessão.

Tal pesquisa foi importante para compreensão pelo qual o spread bancário brasileiro é um dos maiores do mundo. Sendo decorrente da instabilidade econômica do país, acarretando maiores índices de inadimplência e de taxas de juros. Sendo assim, foi possível notar a necessidade de políticas fiscais mais eficientes que acarrete uma evolução positiva no crescimento econômico.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANEFAC - Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade. **Pesquisa de Juros**. Disponível em: <<https://www.anefac.com.br/PesquisaJuros.aspx>>.

Acesso em: 20 set. 2017.

BCB -Banco Central do Brasil (2007). O relatório de economia bancária e crédito 2007. Juros e Spread bancário. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/depep/spread/rebc_2007.pdf>.

Acesso em: 22 jun. 2017.

BCB -Banco Central do Brasil (2008). O relatório de economia bancária e crédito 2008. Juros e Spread bancário. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/depep/spread/rebc_2008.pdf>.

Acesso em: 22 jun. 2017.

BCB -Banco Central do Brasil (2009). O relatório de economia bancária e crédito 2009. Juros e Spread bancário. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/depep/spread/rebc_2009.pdf>.

Acesso em: 22 jun. 2017.

BCB -Banco Central do Brasil (2010). O relatório de economia bancária e crédito 2010. Juros e Spread bancário. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/depep/spread/rebc_2010.pdf>.

Acesso em: 22 jun. 2017.

BCB -Banco Central do Brasil (2011). O relatório de economia bancária e crédito 2011. Juros e Spread bancário. <Disponível em: http://www.bcb.gov.br/pec/depep/spread/rebc_2011.pdf>.

Acesso em: 22 jun. 2017.

BCB -Banco Central do Brasil (2012). O relatório de economia bancária e crédito 2012. Juros e Spread bancário. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/depep/spread/rebc_2012.pdf>.

Acesso em: 22 jun. 2017.

BCB -Banco Central do Brasil (2013). O relatório de economia bancária e crédito 2013. Juros e Spread bancário. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/depep/spread/rebc_2013.pdf>.

Acesso em: 22 jun. 2017.

BCB Banco Central do Brasil (2014). O relatório de economia bancária e crédito 2014. Juros e Spread bancário. Disponível em: < http://www.bcb.gov.br/pec/depep/spread/rebc_2014.pdf >. Acesso em: 22 jun. 2017.

BCB -Banco Central do Brasil (2015) – Política monetária e operações de crédito do SFN: Nova estrutura de dados de crédito – Nota Metodológica. Disponível em: < <https://www.bcb.gov.br/ftp/infecon/notaempr.pdf> >. Acesso em: 22 jun. 2017.

BCB -Banco Central do Brasil (2016) – Série perguntas mais frequentes: Juros e spread bancário? Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/conteudo/home-ptbr/FAQs/FAQ%2001Juros%20e%20Spread%20Banc%C3%A1rio.pdf>> . Acesso em: 20 jun. 2017.

BCB -Banco Central do Brasil – Glossário (2017). Disponível em: < <http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/c/GLOSSARIO/>> . Acesso em: 20 Maio.2017.

BCB -Banco Central do Brasil (2017) – Política Monetária e Operações de Crédito do SFN. Disponível em: < <https://www.bcb.gov.br/htms/notecon2-p.asp>> . Acesso em: 20 jun. 2017.

CB -Correio Braziliense. Bancos oferecem taxa mensal inferior a 1% para compra de veículos. Disponível em: <http://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/economia/2014/09/02/internas_economia,445122/bancos-oferecem-taxa-mensal-inferior-a-1-para-compra-de-veiculos.shtml>. Atualizado em set. 2014. Acesso em: 20 jun.2017.

CORREIA, M. W. J. Análise da relação entre concentração bancária e spread para o setor bancário no Brasil no período de 2003 a 2010. 2015. 43 p. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

DA COSTA NETO, C, Y. Bancos Oficiais no Brasil: Origem e Aspectos de Seu Desenvolvimento. Departamento Econômico- Brasília- **Banco Central do Brasil**, 2004.

FICHE, M. Estrela. Spread bancário no Brasil. 2015. 76 p. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

FURLANI, A. R. J. Cada centavo conta: Como funciona o Sistema Financeiro Nacional 2013.

Disponível em:

<http://www.bcb.gov.br/Pre/bcUniversidade/Palestras/Palestra_SF_N_04062013_Furlani.pdf>.

Acesso em: 23 jun. 2017.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. Métodos de pesquisa. Plageder, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014. 200 p.

JAYME JR, F.G; CROCCO, M. Bancos públicos e desenvolvimento econômico. AMADO et al. Bancos Públicos e Desenvolvimento econômico: Uma Introdução. Rio de Janeiro: IPEA, p. 17, 2010.

KOYAMA, S.; NAKANE, M. O spread bancário segundo fatores de persistência e conjuntura. **Notas Técnicas do Banco Central do Brasil**, n. 18, 2002a.

KOYAMA, S.; NAKANE, M. (2002b). Os determinantes do spread bancário no Brasil. **Notas Técnicas do Banco Central do Brasil**, n. 19, 2002b.

LUNDBERG, E. Bancos Oficiais e Crédito Direcionado—O que diferencia o mercado de crédito brasileiro? Central Bank of Brazil, Research Department, 2011.

OREIRO, J. L. C et al. Determinantes macroeconômicos do spread bancário no Brasil: teoria e evidência recente. **Economia Aplicada**, v. 10, n. 4, p. 609-634, 2006.

PAULA, L. F.; OREIRO, J. L.; BASILIO, F. A. Estrutura do setor bancário e o ciclo recente de expansão do crédito: o papel dos bancos públicos federais. **Nova Economia**, v. 23, n. 3, p. 473-520, 2013.

SOUZA, R. M. L. 2006. 135 p. **Estrutura e determinantes dos spread bancário no Brasil: uma resenha comparativa da literatura empírica**. Dissertação (mestrado), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Ciências Econômicas- RJ, 2006.

WORLD BANK; IMF. Indicators of Financial Structure, Development, and Soundness. (2005). In: Financial sector Assessment: a handbook, World Bank, IMF, Ch.2, p. 15-33, 2005.

REFERÊNCIAS (notícias)

G1-GLOGO- ALVES, M. R. Taxa média de juros fecha 2012 no menor patamar desde 1995, diz Anefac. Disponível em: <http://www.valor.com.br/financas/2968682/taxa-media-de-juros-fecha-2012-no-menor-patamar-desde-1995-diz-anefac_>._Atualizado em jan. 2013. Acesso em: 20 jun.2017.

UOL- FOLHA DE S.PAULO- AGOSTINI, R. Taxa de juros ao consumidor sobe mais que a Selic em 2013, segundo BC. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/01/1404465-taxa-de-juros-ao-consumidor-subiu-41-pontos-em-2013-segundo-bc.shtml>>. Atualizado em jan. 2014. Acesso em: 20 jun.2017.

G1-GLOGO- Taxa de juros do empréstimo pessoal tem leve alta em julho, diz Procon. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/07/taxa-de-juros-do-emprestimo-pessoal-tem-leve-alta-em-julho-diz-procon-sp.html>>. Atualizado em jul. 2014. Acesso em: 20 jun.2017.

EBC- Agência Brasil- Taxas de juros de operações de crédito têm elevações em janeiro. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2014-02/taxas-de-juros-de-operacoes-de-credito-tem-elevacoes-em-janeiro>>. Atualizado em fev. 2014. Acesso em: 20 jun.2017.

G1-GLOGO- Taxa de juros do cartão de crédito é a maior em 19 anos, mostra ANEFAC. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2015/11/taxa-de-juros>>

do-cartao-de-credito-e-maior-em-19-anos-mostra-anefac.html>. Atualizado em nov. 2015. Acesso em: 20 jun.2017.

UOL- FOLHA DE S.PAULO-Taxa de juros média no cartão de crédito atinge 435,6% ao ano em abril. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/05/1769290-taxa-de-juros-media-no-cartao-de-credito-sobe-para-4356-em-abril.shtml>>. Atualizado em out. 2016. Acesso em: 20 jun.2017.

G1-GLOGO-Taxas médias de juros de crédito pessoal e cheque especial caem em fevereiro. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/taxas-medias-de-juros-de-credito-pessoal-e-cheque-especial-caem-em-fevereiro.ghtml>>. Atualizado em mar. 2017. Acesso em: 20 jun.2017.

G1-GLOGO-Após decisão do BC, bancos anunciam redução de juros nas linhas de crédito. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/apos-decisao-do-bc-bancos-anunciam-reducao-de-juros-nas-linhas-de-credito.ghtml>>. Atualizado em out. 2017. Acesso em: 20 jun.2017.

G1-GLOGO- Taxa média de juros para financiamento de veículos é a menor em 2 anos, diz Anefac. Disponível em: <<https://g1.globo.com/carros/noticia/taxa-media-de-juros-para-financiamento-de-veiculos-e-a-menor-em-2-anos-diz-anefac.ghtml>>. Atualizado em ago. 2017. Acesso em: 20 jun.2017.

CB -Correio Braziliense. Bancos oferecem taxa mensal inferior a 1% para compra de veículos. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2014/09/02/internas_economia,445122/bancos-oferecem-taxa-mensal-inferior-a-1-para-compra-de-veiculos.shtml>. Atualizado em set. 2014. Acesso em: 20 jun.2017.

DC -CLICRBS- Após crise, financiamento de veículos volta ao radar dos grandes. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2017/11/apos-crise-financiamento-de-veiculos-volta-ao-radar-dos-grandes-bancos-10018304.html>>. Atualizado em nov. 2017. Acesso em: 20 jun.2017.

O GLOBO -Juros no parcelamento do cartão de crédito aumentam para 161% ao ano. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/juros-no-parcelamento-do-cartao-de-credito-aumentam-para-161-ao-ano-21876157>>. Atualizado em set. 2017. Acesso em: 20 jun.2017.

O GLOBO -Juros do cartão de crédito crescem e acumulam 399,1% ao ano. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/juros-do-cartao-de-credito-crescem-acumulam-3991-ao-ano-21741980#ixzz51enOceCo>>. Atualizado em ago. 2017. Acesso em: 20 jun.2017.

O GLOBO -Juros do cartão de crédito crescem e acumulam 399,1% ao ano. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/juros-do-cartao-de-credito-crescem-acumulam-3991-ao-ano-21741980#ixzz51enOceCo>>. Atualizado em ago. 2017. Acesso em: 20 jun.2017.

G1-GLOGO -Bancos reduzem juros do crédito imobiliário e acirram concorrência com a Caixa. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/bancos-reduzem-juros-do-credito-imobiliario-e-acirram-concorrenca-com-a-caixa.ghtml>>. Atualizado em ago. 2017. Acesso em: 20 jun.2017.

EXAME -Bancos baixam juros do crédito imobiliário a menos de 10% ao ano. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/bancos-baixam-juros-do-credito-imobiliario-a-menos-de-10-ao-ano/>>. Atualizado em ago. 2017. Acesso em: 20 jun.2017.